



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



Processo: TC-7201/989/20-9

Órgão: Prefeitura Municipal de Ibiúna

Responsável – Paulo Kenji Sasaki

Exercício: 2021

Senhora Assessora Procuradora-Chefe:

Em pauta as Contas Anuais, exercício de 2021, da Prefeitura Municipal de Ibiúna, cuja criteriosa fiscalização ficou a cargo da Unidade Regional de Sorocaba– UR-09.

Preliminarmente apresento a síntese¹ dos seguintes percentuais apurados pelo órgão instrutivo após a inspeção *in loco*, a saber:

Tópico	Estabelecido	Efetivado
Resultado da Execução Orçamentária	Superávit de 3,69%	
Aplicação no Ensino Art. 212/CR	Mínimo: 25%	27,46%
Aplicação do FUNDEB Art. 60, XII/ADCT	Mínimo: 60%	71.36%
Total Geral Aplicado com Recursos do	Mínimo: 95% no exercício e 5% no	100,00%

¹ Em conformidade com o Evento 55.45 – fl. 60



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



FUNDEB Art. 21, §2º, LF nº 11494/07	primeiro trimestre seguinte	
Aplicação em Ações e Serviços de Saúde Art. 77, III/ADCT	Mínimo: 15%	33.65%
Despesas com Pessoal Art. 20, III, "b", LRF	Máximo 54%	47,35%

Em razão das ocorrências consignadas pela Fiscalização na conclusão do evento 55.45(fl.s.60/64), o eminente Conselheiro Relator do feito determinou a notificação do Responsável, para que no prazo de 15 (quinze) dias apresentasse alegações de interesse (evento 58.1), publicada no DOE de 01/10/2022 (evento 66.1).

Em resposta aos termos do r. despacho contido no evento 58.1, a origem encaminhou as justificativas inseridas no evento 87.1/38, nas quais destaca a adequação da gestão respectiva em relação aos indicadores exigíveis pela legislação de regência, com adoção de medidas saneadoras em relação às recomendações demandadas nos setores incluídos no rol de observações da fiscalização, impondo ênfase às questões de ordem econômico-financeiras que já tiveram circunstanciada análise da Unidade Técnica desta ATJ.

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: JOSE RICARDO TEIXEIRA CARSOLO. Sistema e-TCE/SP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 4-G15M-HGIL-7B9V-6WWO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



É o relatório. Opino.

De início cumpre ressaltar a posição adotada pela Unidade Especializada desta ATJ, que em parecer emitido no evento 96.1, sugeriu a emissão de parecer **desfavorável** as contas em exame, levando especialmente em consideração o elevado déficit financeiro registrado no exercício (55 dias da rcl), comprometendo a gestão orçamentária e financeira, que não contou com o devido suporte para amenização dos danos consequentes, além da incapacidade financeira para pagamento das dívidas de curto prazo (ILI 0,47), pagamento parcial dos encargos sociais e demais pontos registrados pelo ilustre colega.

Por fim, registra-se oportuna a necessidade de adequação de alguns setores da municipalidade, com a manutenção das ressalvas impostas pela fiscalização na conclusão do **evento 55.45 (fls.60/64)**.

Figuram entre as quais; **Controle Interno (item A.1.1) IEG-M-I- Planejamento (item A.2);Fiscalização Ordenada (Ouvidoria);item A.2.1);Obras Paralisadas (item A.2.2);Fiscalização Ordenada (obras paralisadas)item A.3.2);Das Despesas(item B.1.1.1.3); Resultados Financeiros, Econômico e Saldo Patrimonial (item B.1.2);Dívida de Curto Prazo (item B.1.3);Dívida de Longo Prazo(item B.1.4);Precatórios(item B.1.5);Requisitórios de Baixa Monta (item B.5.3);Precatórios a Receber(item B.1.5.3);Encargos(item B.1.6);Parcelamentos de Débitos Previdenciários(item B.1.6.1);Demais**

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: JOSE RICARDO TEIXEIRA CARSOLO. Sistema e-TCE/SP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: 4-GL5M-HGIL-7B9V-6WWO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



Parcelamentos(FGTS-/Pasep)item B.1.6.2);Despesa de Pessoal (item B.1.9.1) Demais Aspectos Sobre Recursos Humanos(item B.1.10); IEG_-M-I_Fiscal (item B.2);Renúncia de Receitas(item B.3.2); Ordem Cronológica dos Pagamentos(item B.3.3);Demais Informações Sobre o Ensino (item C.1.3); IEG-M-I-Educ (item C.2); Execução das Políticas Públicas do Ensino(I-Educ/IEG-M)Fiscalização Operacional (item C.2.1);Das Aquisições e Contratações (Compras, Obras e Serviços(item D.1.5); IEG-M-I-Saúde (item D.2);Fiscalização Remota de Natureza Operacional da Rede Pública Municipal de Saúde-Hospital Municipal(item D.2.1.1);Fiscalização Remota de Natureza Operacional da Rede Pública Municipal de Saúde – Vacinação (item D.2.1.2);IEG-M-I-AMB(item E.1); IEG-M-I-Cidade(item F1);Lei de Acesso à Informação e a Lei da Transparência Fiscal(item G.1.1);Transparência Pública Específica Relacionada à Pandemia Causada pela Covid -19(item G.1.1.1) Fidedignidade dos Dados Informados ao Sistema Audesp (item G.2);IEG-M-I-Gov-TI(item G.3);Agenda 2030item H.1);Denúncias/Expedientes(item H.2) e Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal(item H.3).

Destaco, inicialmente, que as contas inerentes aos exercícios anteriores receberam os seguintes pareceres;

Exercício	Processo	Parecer
2020	3218/989/20-0	Desfavorável c/rec



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



2019	4870/989/19-1	Desfavorável c/rec
2018	4529/989/18-8	Desfavorável

Concluindo, considero que os resultados financeiros do exercício já avaliados e contestados pela Unidade Especializada desta ATJ demonstram o desequilíbrio das contas em análise, cujos padrões de gestão avaliados demonstram a dissonância dos resultados apresentados frente aos comandos pela CL nº 101/00, agravados pela incapacidade de pagamento dos compromissos de curto prazo, indisponibilidade dos dados envolvendo os débitos previdenciários, pagamento parcial dos encargos sociais e demais aspectos contestados, comprometendo o exercício em análise.

Outrossim, entendo que falhas relatadas na conclusão do evento 55.45 (fls.60/64) reclamam medidas de regularização e aperfeiçoamento, servindo de parâmetro para o exercício subsequente, especialmente as questões envolvendo o equilíbrio financeiro, encargos sociais e índices de gestão.

Por todo o exposto, considerando que as glosas envolvendo as questões financeiro-orçamentárias pela Unidade Técnica comprometem o exercício em exame, opino pela emissão de **parecer desfavorável** às contas anuais de 2021 da Prefeitura Municipal de Ibiúna, com as recomendações acima.

À elevada consideração de Vossa Senhoria.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Assessoria Técnico-Jurídica



ATJ, em 23 de março de 2023

JOSE RICARDO TEIXEIRA CARSOLA

Assessoria Técnica

JRTC/